Professor de Direito Penal e de Direito Penal Comparado na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais

> M 5890 1860 .

O DIREITO PENAL HISPANO LUSITANO MEDIEVAL

isto é: desde a invasão dos Suevos, capitaneados por Hermanerico, em 409, até as Ordenações Afonsinas de 1446 (que foram o primeiro código europeu anterior a invenção da imprensa) e as Ordenações Manuelinas de 1512 a 1514 (que foram o primeiro código europeu publicado).

OKZOCA 64/6/5/

U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

57968311

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

Belo Horisonte 1960 seus antepassados.

"A Lusitânia não afastou, por causa do Direito Romano ou do Direito Canônico, o Direito Pátrio. Sabemos que os lusitanos sempre foram estudiosíssimos e agarradíssimos às leis e costumes da Pátria. "E, se usaram direito peregrino (Civil ou romano) ou canônico, foi apenas para sanarem deficiências ou dissiparem dúvidas e, ainda assim, com extrrma parcimônia e na qualidade de subsidiário.

"Naquele tempo, em verdade, não era tão grande quanto o foi mais tarde a autoridade dos Direitos Civil e Canônico; muitas vêzes os Reis repunham em vigor leis e costumes nacionais de outros tempos; e, uns depois dos outros, instituíam (CONDEBANT) LEIS NOVAS "MUITAS DAS QUAIS INTEIRAMENTE EM CONTRÁRIO AO QUE SE DISPUNHA NO DIREITO ADVENTÍCIO."

Por isso, até às Ordenações Afonsinas, de 1446, o DIREITO PENAL PORTUGUÊS FOI, EM ESSÊN-CIA, O QUE ESTUDAMOS NESTE LIVRO: direito de cunho germânico, modificado tão somente pelos usos e costumes genuinamente portuguêses.

Origem:	DOOGA	
Verba:		
N.º Fl., p		
N F		
Preço: 187	er aco. (
Data:	/	

ÍNDICE

	página		
INTRODUÇÃO	5		
Capítulo I - O Direito Penal das Nações			
Germânicas	33		
Capítulo II- O Direito-Hispano-Lusitano			
na Alta Idade-Média	47		
Capítulo III-Leis Bárbaras Puras e Leis			
Bárbaras Mistas	57		
Capitulo IV- Lex Angliorum et Vuerinorum,			
hoc est, Thuringorum	67		
Capítulo V - O Direito Penal Medieval A-			
lém e Aquém dos Pirineus	89		
Capítulo VI- O Combate Judicial	99		
Capítulo VII-Os Juízos de Deus, na Penín-			
sula Ibérica	113		
Capítulo VIII-Os Forais Portuguêses e os			
Forais Espanhóis	133		
Capítulo IX- Exemplo de Foral: O Foral de			
Miranda do Ebro	175		
Capítulo X - Um foral curto e interessan-			
te: o Foral de Milmanda	229		
Capítulo XI- Leis Penais Nacionais Suple-			
tivas ou Complementares das			
Leis Penais Vilas	239		
Capítulo XII-Origens do Júri Atual	263		
Capítulo XIII-O Direito Penal Português, de			
1350 a 1500	295		